

MULHERES NA CULTURA E NA DINÂMICA SOCIAL DOS SERINGAIS: IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS

Murilena Pinheiro de Almeida;
Cleyde Oliveira de Castro; Maria de Lourdes Esteves Bezerra; Elisabeth Miranda de Lima

Universidade Federal do Acre –

murillena@gmail.com; cleydecastro@yahoo.com.br; estevesbezerra@uol.com.br;

bethmlima@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho visa desnaturalizar e desestabilizar a abordagem da presença de mulheres nos seringais e na própria constituição histórica do Acre. E se constitui em um recorte da tese: O corpo humano no currículo do ensino de ciências, da escola primária, no Território Federal do Acre: uma perspectiva histórica, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências – UFBA/UEFS. A narrativa apresentada utiliza aportes da História Cultural, a análise de conteúdos e fundamenta-se em um conjunto de séries documentais, que incluem fotografias, ilustrações, jornais e documentos oficiais da área de educação. Desta forma, produz-se uma narrativa em que se entrelaçam gênero, cultura e educação. Pois, a perspectiva hegemônica na história do Acre e do Brasil sistematicamente celebra e enaltece o masculino e preteri ou silencia a história de Mulheres. Por conseguinte, urge trazer a lume a contribuição das mulheres na construção histórica social e da cultura, visto ser de fundamental importância à compreensão ao próprio processo de forjar a identidade feminina, aos papéis atribuídos a elas e à conquista da equidade de gênero.

Palavras-chave: gênero, cultura, educação, escola primária.

INTRODUÇÃO

A perspectiva hegemônica na história do Acre e do Brasil sistematicamente celebra e enaltece o masculino e preteri ou silencia a perspectiva da história de Mulheres. O presente trabalho visa desnaturalizar e desestabilizar a abordagem, que é regularmente apresentada na história oficial, sobre a presença de mulheres nos seringais e na própria constituição histórica do Acre, com implicações na educação. E também explicitar representações sociais sobre o Território Federal do Acre e sua gente, emergidas durante a vigência da economia gumífera, deixa-se em relevo o papel e o lugar ocupado pelas mulheres na dinâmica desse processo social e histórico. Esta pesquisa se constitui em um recorte da tese: “O corpo humano no currículo do ensino de ciências, da escola primária, no Território Federal do Acre: uma perspectiva histórica”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Estadual de Feira de Santana.

METODOLOGIA

Esta narrativa entrelaça gênero, cultura e educação, e para essa construção utilizou-se os aportes da História Cultural na perspectiva de Roger Chartier (1990), a técnica da análise de conteúdos de Bardin (2004), em fontes que constituem séries documentais, que incluem: iconografia, ilustrações, gravuras, jornais e documentos oficiais da área de educação. Esse *corpus* documental foi coligido nos acervos do Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal do Acre (CDIH), Arquivo Geral do Estado do Acre, Museu da Borracha, Centro de Informação e Biblioteca em Educação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Prof. Anísio Teixeira em Brasília. (CIBEC - INEP).

A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE E SUA GENTE

O Território Federal do Acre foi incorporado ao Brasil, ao seu contexto nacional, de modo gradativo, conflituoso e tardio. Conforme Silva (2002, p. 18) contribuíram para isso os seguintes acontecimentos: a República Independente de Luís Galvez, a República do Acre; o levante liderado por Plácido de Castro visando à anexação, posteriormente, ratificada com o Tratado de Petrópolis, em 1903, a luta autonomista, a unificação Departamental e a elevação a Estado Federado, ocorrida em 1962. Esses acontecimentos guardam relações complexas, longevas e contribuíram para a formação da identidade do Acre e da população acreana. O regime jurídico-administrativo territorial foi instituído em 1904 e mantido pela União até 1962, sob o argumento de que o Acre não poderia ser elevado ao grau de Estado, em razão de suas condições e peculiaridades geográficas. Nessa lógica, foram apontadas as seguintes razões para a tutela da União sob o Território Federal do Acre:

“O aspecto territorial muito amplo e de fronteira; baixa densidade populacional; **a cultura local “atrasada” e “despreparada” para se inserir nos moldes do Sul do país**¹; deficiência de comunicação; falta de organização social, entre outros fatores que seguiam essa mesma ótica” (SILVA, 2002, p. 33).

Esta representação social produzida sobre a região do Acre, sua população e sua cultura local – que enfatiza na região “a carência”, “a deficiência”, “o atraso”, “o despreparo”, “rebeldia”, “a penúria” – encontrou acolhida entre intelectuais, sobretudo, da capital do país, para justificar e fazer perdurar a condição de subordinação do Território Federal do Acre à União e inviabilizar a sua emancipação. Nesses termos o sociólogo Oliveira Vianna (1942, p.155) prescrevia à população do Acre: “uma organização vigorosa do poder, educação civil e legal para o seringueiro da Amazônia – o mais rebelde, o mais indisciplinado, o mais apolítico dos brasileiros”. Todavia, em outra perspectiva sobre a subordinação do Acre à União, Craveiro

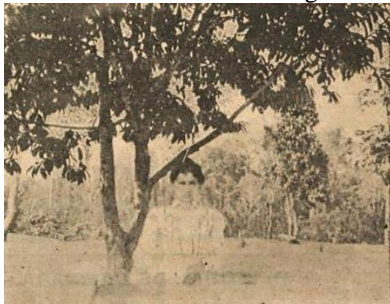
¹ Grifo nosso.

Costa (1974, p 121) afirmou que “ao Acre foi imposta a simples vida política de Território unicamente porque o governo federal queria reaver, do próprio Território, o dinheiro gasto com as despesas feitas com a incorporação”. Nesses termos, ao Território Federal do Acre construiu-se no discurso colonizador a representação social de um lugar ermo, distante, hostil e selvagem, e à sua gente a imagem da indisciplina, rebeldia, despreparo, atraso, indolência e da selvageria, para justificar a subserviência e a opressão.

ANGELINA UMA HEROÍNA NA REVOLUÇÃO ACREANA

Entre os raros registros da Revolução Acreana e seus combatentes encontrava-se uma mulher – Angelina uma heroína na Revolução Acreana (**Figura 1**) – que rompeu com o silêncio e a passividade impostos às mulheres, em um tempo que produziu um mundo que distinguia e hierarquizava social e culturalmente, os homens e as mulheres. Angelina combatente nas tropas de Plácido de Castro, na *Volta da Empreza*, atualmente Rio Branco, atuou nas batalhas, ao lado de seu marido, e quando este morreu, ela continuou em combate. Angelina fora feita prisioneira por bolivianos, conseguiu fugir, e superou muitos perigos (O MALHO, 1905). Após os desfechos da Revolução Acreana, a heroína do Acre encerrou os seus dias em Rio Branco.

Figura 1 – Uma heroína no Acre – Angelina



O MALHO, RJ, 7 de outubro de 1905, Ano IV, N.160.
Disponível em:
<http://almaacreana.blogspot.com.br/2016/02/53-fotos-raras-do-acre-antigo.html>

Figura 2 – Trabalho feminino em seringal no Sul do Amazonas



BRITO, A. 2016. A vida e o trabalho de mulheres do seringal no Amazonas - 1940 e 1950.

A Revolução Acreana comportou “uma revolução feminina silenciada” (SOUZA, 2010, p. 30) – as mulheres foram protagonistas da produção, do trabalho que sustentou e proveu homens em batalha, manteve ininterrupta e em expansão a economia da borracha. Elas trabalharam no corte, coleta, e defumação do látex; nos roçados, na agricultura de subsistência, nas caças e pescas, sem isentarem-se do trabalho doméstico, do zelo e a assistência aos filhos, sobretudo, os pequenos. Embora, considerados trabalhos masculinos, pesados

e árduos, os trabalhos das mulheres na economia gumífera perduraram ao longo do século XX (**Figura 2**). Não obstante, “nem toda mulher seringueira passou pela experiência do trabalho direto com a produção de borracha mesmo vivendo na cultura de um seringal, mesmo sendo seringueira” (SOUZA, 2010, p.31).

MULHERES NA CULTURA E NA DINÂMICA SOCIAL DOS SERINGAIS

Efetivamente, o povoamento das terras acreanas consolidou o seringal com seu barracão², suas colocações³ e estradas de seringa⁴; com sua estrutura social: o patrão ou seringalista⁵, o guarda-livros⁶ ou gerentes, e os seringueiros; sua dinâmica econômica: o sistema de aviamento e seus atores – as casas aviadoras, os seringalistas ou patrões, os guarda-livros ou gerentes, os regatões⁷ e os seringueiros. Os seringais se constituíram e se consolidaram enquanto a matriz territorial e econômica, assentada sob o sistema de aviamento – marcado por uma extensa rede de opressão e violência – permitia um modo particular de organização da produção e da sujeição de homens e mulheres (ALMEIDA, 1993; IGLESIAS, 2008; PANTOJA, 2008, SOUZA, 2010).

O lucro decorrente da exploração da borracha dependia e estabelecia vínculos estreitos com a manutenção do sistema de opressão nos seringais. Os seringalistas empreendiam todos os esforços para manter o monopólio a circulação e a venda de mercadorias. Assim, os seringueiros e suas famílias eram mantidos inteiramente dependentes da aquisição de mercadorias no barracão do seringal para a sua subsistência. Essa situação opressiva forçava-os a burlar os acordos de conduta e comércio com seus patrões. E muitos seringueiros tentavam escapar a essa condição aviltante fazendo roçados de subsistência, que

² Barracão - A sede do seringal corresponde a uma infraestrutura de entreposto comercial dos seringalistas, os *patrões* no interior dos seringais, local de vendas ou aviamento de mercadorias aos seringueiros, podem contar com lojas filiais e depósitos, vinculados ao barracão central do real proprietário do seringal.

³ Colocações – A unidade de residência e trabalho nos seringais; Um seringal é constituído por um conjunto de colocações. O número de casas em uma colocação depende da quantidade de estradas de seringas que ela possui e do número de seringueiros adultos aptos a explorá-las – em média duas estradas por seringueiro. A colocação é um espaço de caça, em suas matas, pesca em lagos e igarapés quando existem, onde se abre o campo para pequenos roçados de subsistência e criação de pequenos rebanhos de gado e a fonte de extração de outros recursos naturais (frutos, cipós e madeiras). A colocação é também uma unidade social, em geral com laços de parentesco ou vínculos e relações de vizinhança Colocar-se significa instalar-se em uma colocação por ordem de um *patrão* ou por outro seringueiro.

⁴ Estrada de seringa – Unidade de trabalho de extração de látex, caminhos ou trilhas de um metro de largura, abertos na floresta seguindo a disposição aleatória das seringueiras, em geral de formato irregular e cheio de voltas, que o seringueiro percorre duas vezes em um dia: na ida para cortar e fazer escorrer o látex e na volta quando recolhe o látex. Em geral um seringueiro corta duas estradas de seringa.

⁵ Patrão – Proprietário do seringal ou o seu arrendatário, ou ainda os gerentes de barracões e depósitos. Aqueles que detêm o monopólio comercial sobre a borracha produzida pelos seringueiros nas colocações dos seringais.

⁶ Guarda-livros – Pessoas contratadas ou incumbidas de controlar a aviação das mercadorias e os saldos em borracha dos seringueiros. Faziam a contabilidade dos seringais, geralmente homens de confiança dos patrões.

⁷ Regatões – Comerciantes itinerantes proprietários de embarcações que realizavam a venda direta de mercadorias a seringueiros, sem a intermediação dos barracões ou depósitos, sendo desses concorrentes. Em geral, odiados pelos patrões, pela concorrência considerada desleal, na exploração dos seringueiros no sistema de aviamento. Fato que poderia ser punido com a descolocação ou a morte em emboscadas.

quando descobertos eram incendiados e os seringueiros sumariamente expulsos de suas colocações (TASTEVIN, 1920; IGLESIAS, 2008; ALMEIDA, 1992; ALMEIDA e CUNHA, 2002).

Com efeito, nos seringais acreanos a opressão e a violência se estendiam em cadeia e cadência desenfreada sobre os homens e as mulheres. O rapto de mulheres indígenas, destinadas a venda aos seringueiros com propósitos sexuais e exploração laboral nos seringais, foi uma prática corrente conhecida na região como correrias, - incursões armadas às malocas e cupichauas⁸ indígenas, patrocinadas e empreendidas por seringalistas com o objetivo de matar a maior parte dos moradores, forçar a saída dos sobreviventes e capturar mulheres e crianças (AQUINO, 1977, IGLESIAS, 2008; PANTOJA, 2008).

No rio Iboiassu, afluyente do rio Murú, um seringueiro apellidado Cobra Grande matou cinco creancinhas que trouxe de uma correria sportiva feita com outros companheiros! Elle atirava as crianças para o ar, aparava-as na ponta de uma faca e jogava em seguida ao rio, tendo quebrado a ponta da faca ao espetar! (...) No seringal São Francisco, alto Envira, outro seringueiro matou dous curumins trazidos de uma correria, esmagando-os perversamente sob os pés, dando depois como justificativa desse seu cruel procedimento o não haver encontrado quem quizesse ficar com aquelles pagãos (Arquivo SARQ/MI, Microfilme 324, Planilha 002, Fot. 33-34).

" – Minhas filhas, não vão mais s'embora, nós não têm mais ninguém, mataram tudo o nosso pessoal, mataram tudo, tudo, tudo! E não escapou nem os pequenininhos, mataram com a ponta da faca, sacudia e aparava com a faca" [sic] (PANTOJA, 2004, p. 123 -124).

Essas práticas e formas de violência perpetradas contra os povos indígenas, especialmente às mulheres indígenas, intencionavam expropriar-lhes: os territórios para o estabelecimento dos seringais; os seus conhecimentos; os saberes e a identidade cultural para "civiliza-los"; assimila-los aos trabalhos nos seringais, oferecer segurança aos seringueiros e viabilizar a produção da borracha.

Nos seringais mais distantes onde a presença feminina era rara, os seringueiros encomendavam aos seus patrões o envio de mulheres e pagavam por elas do mesmo modo que pagavam pela aquisição de quaisquer outras mercadorias (SOUZA, 2010). Assim, nos seringais acreanos, mulheres estiveram nas contas escrituradas pelo guarda-livros como qualquer mercadoria. A vida da mulher nos seringais era estabelecida e regida por uma cultura fortemente arraigada ao patriarcado, à misoginia e a um profundo machismo, fossem elas membros da família dos patrões seringalistas ou dos seringueiros. Nesse cenário a vida social e cultural das mulheres, as suas ações, os seus espaços, definiam-se, sempre, pela e sobre a perspectiva do homem, conforme ilustrado no trecho a seguir:

O seringueiro a chamava de patroa, mas na verdade era uma escrava de noite e de dia. Acontecia que o homem explorado e humilhado descarregava sobre a mulher todas suas frustrações (...). O homem quase não deixava a mulher acompanhar a conversa sobre os assuntos sociais: ali o homem quase não queria palpite de mulher, era ele quem puxava a conversa sobre qualquer assunto, durante o qual as mulheres iam cuidar da cozinha ou das crianças. **O barraco do seringueiro e a casa do colono tinham dois lugares distintos e**

⁸ Construções indígenas, espaço de uso coletivo, às vezes sem paredes e sem assoalhados. (IGLESIAS, 2008).

com entrada diferente: a cozinha para as mulheres, e a sala para os homens⁹
(PERTIÑEZ, LOMBARDI, s/d).

A cozinha, o lugar ocupado pelo corpo feminino, simultaneamente representava e conectava ao íntimo – ao espaço privado, enquanto que, a sala, o lugar ocupado pelo corpo do homem, representava e conectava ao espaço público e suas atividades. Desse modo, se estabelecia uma política simbólica, que comportava uma forma de opressão, culturalmente introjetada, cujo fundamento residia em uma política de gênero, que vinculava os corpos de homens e mulheres aos espaços da casa e as atividades que neles se desenvolviam. Essa política simbólica, veículo de uma opressão culturalmente estabelecida, determinava os espaços de circulação de homens e mulheres desde a mais tenra infância. Nesse contexto, também se impôs às mulheres o silêncio de suas vozes, combinado com a exclusão de sua participação, nas decisões relevantes à vida que ali foi tecida. O mundo feminino no seringal estava indelevelmente marcado pelo machismo e circunscrito a uma labuta infundável repleta de opressões e especialmente aprofundada pelo o analfabetismo. O silêncio é um elemento expressivo na representação da mulher. “O silêncio é o comum das mulheres. Ele convém a sua posição secundária e subordinada. Ele cai bem em seus rostos, levemente sorridentes, não deformados pela impertinência do riso barulhento e viril” (PERROT, 2005, p. 9).

Por conseguinte, a imagem dos seringais no primeiro ciclo da borracha, entre 1850 e 1910, no Acre Território, suscitava a penúria, injustiça, solidão, violência e a exploração humana desmedida. Conforme Euclides da Cunha (1976), os seringais, em razão da truculência e violência dos patrões, se constituíram em "a mais criminosa organização do trabalho que ainda engenhou o mais desaçamado egoísmo", e que o seringueiro era "o homem que trabalha para escravizar-se" (CUNHA, 1976, p.109 - 131). Além da exploração do trabalho na extração e produção das pélas de borracha – os seringueiros também foram expropriados pelos seringalistas ou patrões, especialmente em razão do analfabetismo.

Só alli – como em todo o interior da Amazônia – quem não tem pressa por que não tem direito é o pobre seringueiro, escravizado eterno, eternamente sonhando o “Saldo”, que todos os annos lhe foge mysteriosamente, sem que elle o possa explicar, porque não sabe ler a factura pelo patrão fornecida (há, como em todas as causas, nobres excepções) e nem ler a balança romana o número indicador de kilos que lhe custam o suor. E elle fica para o anno seguinte, a sonhar o “Saldo”, a fazer economias, comprando pouco, caçando mais a caça que lhe fornece melhor alimentação mais nutritiva e saborosa e lhe evita comprar a “jabá” (carne de xarque). E no fim do anno o “Saldo” lhe foge outra vez, porque os compromissos do patrão cresceram com o outro patrão da praça, do qual, por sua vez, o primeiro não é se não mais que um outro seringueiro. (CARVALHO, José. p.30-31 in GINELLI, 2008, p. 29-30).

Nos seringais, o analfabetismo de muitos homens e mulheres aprofundava-lhes a miséria e a servidão. Consequentemente, sem saber ler, sem saber calcular, as pessoas não tinham condições de acompanhar as cadernetas das suas despesas (as contas) que lhes eram feitas pelos patrões,

⁹ Grifo nosso.

resultando em uma perversa exploração. Não havia escolas destinadas a atender a esse contingente humano, nem as crianças e nem aos adultos, nem aos filhos de seringueiros e nem aos filhos dos seringalistas. Desta forma, foi uma prática comum os seringalistas contratarem pessoas para ensinar aos seus filhos a ler, escrever, contar e a fazer contas, o conhecimento considerado necessário à época (CASTRO, 2011; GINELLI, 2008). Assim, era uma prática corrente ensinar os filhos em casa, após uma extenuante jornada laboral, a luz de lamparinas, porongas ou velas. De outra sorte, os filhos de pais e mães analfabetos, cruelmente, perpetuavam o analfabetismo em varias gerações.

Esse quadro social e cultural, de falta de assistência educacional, corroborou sobremaneira para alta incidência e persistência crônica do analfabetismo, da miséria, da opressão, da sujeição. Essa condição humana era agravada pela ação de alguns seringalistas que se opunham a instalação de escolas nos seringais, assim como, a outros meio de comunicação e circulação de informações e fonte de aprendizados, especialmente, o rádio. Veja-se o exemplo das práticas de controle social e as proibições empregadas, no Seringal Filipinas, em Xapuri – Alto Acre, pelo patrão seringalista.

No seringal Filipinas, o patrão Gastão Mota, não aceitava que seringueiro plantasse, nem criasse nenhum tipo de animal. **Rádio não podia usar para não saber o que estava acontecendo lá fora. A escola era proibida para ninguém aprender a ler**¹⁰. O patrão comprava, vendia, pesava, anotava, o que o seringueiro deveria comer e deveria gastar. Sendo patrão de 120 seringueiros, recolhia 40 toneladas de borracha, duas vezes por ano. Depoimento do seringueiro residente no Seringal Filipinas Ademar Coelho do Rosário aos religiosos D. Joaquim Pertíñez, Bispo da Prelazia do Acre e Purús e o Padre desta mesma Prelazia Mássimo Lombardi (PERTIÑEZ E LOMBARDI, S/D, p.204).

O acesso à escola primária pública ocorreu de modo precário e impregnado por sexismo, em face da dispersão da população nas colocações dos seringais, da escassez de recursos financeiros, da incipiente fiscalização dos estabelecimentos de ensino (GINELLI, 2008; LIMA, 2012). Nesse contexto, havia diferentes modos de realização da escolarização pública: as escolas primárias ambulantes, noturnas, masculinas, femininas, mistas e grupos escolares ensinavam conteúdos diferentes para homens e mulheres. Essas diferentes formas de organização do sistema de ensino primário consolidaram o corpo humano enquanto um referencial de constituição identitária da escola, do processo de ensino e dos próprios discentes.

O corpo humano se constituiu em um referencial tangível para emoldurar a organização e o funcionamento, as atividades das escolas e as próprias regras de conduta em seu interior, sobretudo, a introjeção de autocontrole individual. E a partir do corpo foram pensados as acomodações, os

¹⁰ Grifo nosso. Este depoimento expressa a capacidade dos seringalistas em impor controle social e cultural as populações residentes nos seringais, e opor e obstruir a escolarização e outros benefícios sociais aos seringueiros.

prédios, os programas de ensino, e os materiais didáticos e destinados ao funcionamento das atividades do ensino e o próprio ingresso e o exercício da profissão docente. Isso, algumas vezes, de modo implícito e em outras situações de modo explícito. A fundação de escolas femininas e masculinas, com seus respectivos docentes mulheres e homens, incorpora em seus pressupostos de institucionalização a lógica da moral cristã, que vê o corpo humano como fonte de culpa e de pecados, que precisa ser vigiado e disciplinado (LE GOFF, TRUONG, 2012; LAQUEUR, 2001).

Indelévelmente, no âmbito da conformação do sistema de ensino, os significados culturais produzidos sobre o corpo e sua biologia estiveram imbrincados a organização das escolas, as práticas de ensino, as prescrições e atividades curriculares. Antes mesmo que se dissesse qualquer palavra sobre o corpo no interior da escola, no âmbito do ensino, o corpo e as políticas de gênero a ele subjacentes (BUTLER, 2014) engendraram uma lógica simbólica que configurou a operacionalização do aparato escolar. Assim, o que se pensou sobre os corpos integrou, fundamentou os pressupostos e o capital simbólico de organização do próprio sistema de ensino.

A lógica do dimorfismo sexual – presente na produção ontológica e epistemológica do que significa ser homem ou mulher no contexto cultural e nas relações sociais – se expressou na configuração e conformação da escola primária e alcançou e se estabeleceu nos programas e nas práticas de ensino. E, dessa forma, produziu uma política de gênero, no âmbito da escola primária, que atuou sobre discentes e docentes. Portanto, aquilo que foi prescrito e estabelecido, como socialmente válido para ser ensinado e aprendido, também corroborou para erigir e conformar o homem e a mulher, considerados culturalmente necessários àquela sociedade.

Mesmo, sem dizer uma palavra sobre os corpos, a organização institucional da escola foi pensada para atuar sobre eles. No Território Federal do Acre, o fenômeno da escolarização em massa, a produção do sistema de ensino resultou em uma rede escolar com formas distintas: escolas masculinas, escolas femininas e escolas mistas, impregnadas e emolduradas pela forma como se pensava o corpo e as políticas de gênero – o androcêntrismo, a dominação masculina e o sexismo em contraposição ao princípio da coeducação dos sexos e a equidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres participaram das revoluções empreendidas na região do Acre, mesmo quando a historiografia produziu-lhe o silêncio, a invisibilidade excluindo-as de sua narrativa. E dessa forma, corroborou para reafirmar a imagem da guerra, do embate e do conflito, da beligerância, como algo

natural e intrínseco ao masculino, uma propriedade exclusiva de homens, em face, à quase exclusividade da presença dos homens nas batalhas. A economia gumífera e os interesses dos seringalistas estiveram em conflito com o projeto republicano de homem livre e de modernização do país e as condições de sobrevivência da população dos seringais. Por seu turno, os seringalistas almejavam a exploração absoluta do trabalho e o controle social e cultural da população nos seringais, com o propósito de auferir lucros incessantes e ilimitados. Nesse processo de extrema opressão e sujeição humana, as mulheres estiveram em uma posição secundária e subordinada em relação aos homens.

Contudo, um acurado trabalho junto às fontes historiográficas faz emergir a participação e a resistência das mulheres em um mundo marcado pelo patriarcado, a misoginia e um profundo machismo. Isto evidencia, que, a própria escrita da história se reveste das tintas do patriarcado, da misoginia e do machismo. Nesse contexto, o Estado, por meio da incipiente escola primária, difundia e engendrava os ideais republicanos de modernização do país e da população, civilidade, do civismo e especialmente a identidade nacional. As condições precárias e insuficientes na oferta da instrução pública, no Território Federal do Acre, espelharam, ao seu modo, e em suas proporções, os desafios, as necessidades de expansão e de universalização da escolarização obrigatória da própria república brasileira.

A república, em seus anos iniciais, defrontou-se com a tarefa de edificar a pátria moderna, construir a brasilidade, civilizar e modernizar a sociedade e os indivíduos. Por conseguinte, esse mesmo ideário orientou e justificou as propostas de criação e organização da instrução pública no Acre Território e tornou premente o combate ao analfabetismo e a difusão da instrução primária, embora profundamente marcada pelo sexismo. Antes de proferir qualquer palavra sobre o corpo, a escola se organizou e funcionou a partir de representações do corpo provenientes da cultura e do campo científico. Esse conjunto de representações e práticas, sobre o corpo se expressaram nas configurações das instituições escolares, substanciaram as formações discursivas constituintes dos programas de ensino na escola primária e perpetraram políticas de gênero. Essas representações atuaram na conformação institucional das escolas, e também, na seleção e organização dos educandos, na definição daquilo que poderia ser aprendido, cultuado e cultivado como saber.

O conteúdo, o teor da educação, a própria forma de organização e o funcionamento das escolas públicas, ainda não haviam superado e estavam impregnadas pela dominação masculina, que se expressava em referências androcêntricas e desigualdades de gênero presentes na configuração do sistema escolar e expressas nas práticas pedagógicas. Portanto, a consolidação do

ideal republicano de educação para a democracia carecia de uma compreensão da coeducação na perspectiva da educação para a igualdade de gênero e para participação social.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. W. B. **Rubber tappers of the upper Juruá River, Brazil. The making of a forest peasant economy.** PhD Thesis, University of Cambridge, 1993.

AQUINO, T. V. **Kaxinawá: de seringueiro 'caboclo' a peão 'acreano'.** (Dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília). Brasília, mimeografado. 1977.

BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo.** 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu.** n. (42), janeiro-junho de 2014, 249-274 p.

CASTRO, C. O. **Gestão Maria Angélica de Castro: apropriação das ideias sobre a escola nova no território federal do acre (1946/1951).** 2011. 239 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação Em Educação: Conhecimento e Inclusão Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. *In: _____*. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CRAVEIRO COSTA, J. **A conquista do deserto ocidental.** São Paulo: Nacional/MEC, 1974.

CUNHA, E. **Um Paraíso Perdido:** reunião de ensaios amazônicos. (Col. Dimensões do Brasil, Vol. 1). Petrópolis, Vozes; Brasília, Instituto Nacional do Livro. 1976.

GINELLI, G. **História da Educação do Acre:** Período Departamental 1904 – 1920. Livro 1. Departamento de Educação. SEE. Rio Branco, AC: 2008.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. **Uma história do corpo na idade média.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LIMA, E. M. Modos diferenciados na produção da escolarização primária no Acre Território: a organização do trabalho docente e dos saberes presentes na educação da infância acriana. *In: NASCIMENTO, L. M.; LIMA, E. M.; ALBUQUERQUE, L. B. A. Moderno/Contemporâneo: reflexões sobre a educação escolar.* Curitiba: Appris, 2012.

O MALHO, 7 /10/1905, Ano IV, N.160. Rio de Janeiro, RJ
Disponível em: <http://almaacreana.blogspot.com.br/2016/02/53-fotos-raras-do-acre-antigo.html>

PERROT, M. **Minha história de Mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

PERTIÑEZ, J.; LOMBARDI, M. História da Prelazia do Acre e Purús. Ordem dos Servos de Maria. Rio Branco – AC, s/d.

SILVA, F. B. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921/1964**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife – PE. UFPE/Programa de Pós-graduação em História, 2002. 123 p.

TASTEVIN, C. "Le fleuve Juruá (Amazonie)". In: **La Geographie**. Paris. Tomo XXXIII, p. 1-22; 131-148. 1920.

VIANNA, O, F. Os Grandes problemas sociais. São Paulo: Nacional, 1942.